

VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO

5

Liberdade de Ensino



EDITORA VOZES LIMITADA
PETRÓPOLIS, R.J.

VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO 5

FREI EVARISTO P. ARNS, O.F.M.

Liberdade de Ensino

1960

**EDITORA VOZES LIMITADA
PETRÓPOLIS RJ**

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO.
E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO
DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PE-
TRÓPOLIS. FREI DESIDÉRIO KALVER-
KAMP, O. F. M. PETRÓPOLIS, 2-5-1960.

I. LIBERDADE DE ENSINO, ASPIRAÇÃO UNIVERSAL

Em nossa luta pela liberdade de ensino, temos um consôlo e uma garantia. O consôlo é de ver aliarem-se aos poucos as fôrças do bem para a grande luta, e a garantia — mesmo para os que desconhecem a doutrina clara da Igreja — nos parece consistir na posição resoluta das organizações internacionais e na legislação das democracias mais estáveis e mais admiradas, como sejam a Bélgica, Inglaterra, Holanda, França.

Evocaremos aqui os exemplos e textos de valor universal, porque merecem ser citados em nossos debates, lembrando no final algumas atitudes do episcopado nas Américas, atitudes que nos incitam a não fraquejarmos em hora tão decisiva.

1. Direitos do Homem

A Organização das Nações Unidas (ONU), querendo preservar não apenas a paz mas ao mesmo tempo a *dignidade humana*, elaborou a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.

Na sessão de 10 de dezembro de 1948, a III Assembléia Geral da ONU proclamou, no Art. 26, § 3, o direito à liberdade de ensino, como direito universal. «Os pais têm direito preferencial de es-

colher o tipo de educação que deve ser dado a seus filhos».¹

Cabe ao Brasil a honra de haver prestigiado, com fidelidade indefectível, em tôdas as horas, as resoluções das Nações Unidas. Assinando a Declaração, não podemos deixar de mantê-la em nosso território. Portanto também no Brasil «os pais possuem direito preferencial — isto é, direito anterior ao de qualquer pessoa ou instituição, mesmo do Estado — de escolher o tipo de educação que mais convier aos filhos».

2. Convenção Européia

Como a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* não fôsse suficientemente clara e explícita em suas formulações, elaborou-se, em 1952, o *Protocolo Adicional à Convenção Européia dos Direitos do Homem*.

A liberdade de ensino figurou também aí como uma das mais elevadas preocupações de todos os Estados democratas. Mereceu pois novo destaque. Eis o texto proclamado em Paris: «A ninguém se pode recusar o direito à instrução. O Estado, no exercício das funções que assumir no campo da educação e do ensino, respeitará o direito que possuem os pais de assegurar aquela educação e aquele ensino que esteja em conformidade com suas convicções religiosas e filosóficas».²

¹ Parents have a prior right to choose the kind of education that shall be given to their children.

² Nul ne peut se voir refuser le droit à l'instruction. L'État dans l'exercice des fonctions qu'il assumera dans le domaine de l'éducation et de l'enseignement, respectera le droit des parents d'assurer cette éducation et cet enseignement conformément à leurs convictions religieuses et philosophiques.

O texto ganha novo relêvo, se lembrarmos que a quase totalidade dos países que assinaram a Convenção defende o regime liberal e a laicidade da república. Não se decidem por religião alguma e muito menos permitem ingerência de autoridade religiosa na esfera estatal.

Mas justamente por serem neutros, os Estados não podem impor ideologia; por serem liberais, terão de respeitar as crenças alheias. Como a *expressão* da religião e da filosofia está condicionada ao ensino, todos êsses Estados julgaram necessário garantir a existência das escolas com religião professada e com filosofia definida. Se não o fizessem, defenderiam liberdade puramente teórica. Pois, com o desaparecimento das escolas livres, desapareceria a democracia.

3. Declaração dos Direitos da Criança

Aos 20 de novembro de 1959, em Sessão Plenária, 78 nações representadas na Organização das Nações Unidas (ONU) aprovaram por unanimidade *A Declaração dos Direitos da Criança*.

De uma organização tão heterogênea, como a ONU, que abarca povos de tôdas as crenças e mentalidades, não poderíamos esperar surgisse a concepção elevada e pura que o Cristianismo implantou nesta terra. Mas verificamos com satisfação que o postulado fundamental para a boa orientação da criança foi respeitado: *Ela pertence ao lar*. Tudo o que coarcte os direitos autênticos da criança e da Família é condenado no primeiro dos dez princípios estabelecidos pelas Nações Unidas.

Reproduzimos ainda aqui parte do 6º e do 7º princípios, porque dêles decorrem as maiores conseqüências para a liberdade do ensino:

«6º Para o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, a criança necessita amor e compreensão. Ela deve, tanto quanto possível, crescer sob a proteção e responsabilidade *de seus pais*, sempre numa atmosfera de afeição e segurança moral e material».

O princípio só poderá ser mantido, caso a escola queira e possa prolongar a proteção e a responsabilidade que assumem os pais e caso nela se crie a atmosfera de afeição e segurança moral e material da Família. Seria de desejar fôssem pequenas, locais e familiares as primeiras escolas e refletissem de maneira sensível os bons costumes e as idéias cultivadas no seio da Família. E como a religião atinge o íntimo do ser e ocupa além disso a fantasia e o coração ela deveria ser cultivada na forma e nos ideais do mesmo lar.

O princípio 7º, depois de expor o direito à educação gratuita e obrigatória em nível elementar e de definir tal formação, continua:

«O interesse superior da criança deve ser a meta daqueles que são responsáveis pela sua educação e orientação. Essa responsabilidade cabe, por prioridade, aos pais».

A conclusão mínima a ser tirada dêste princípio é que os pais, além de possuírem prioridade nas responsabilidades da formação elementar, têm o direito de propugnar a gratuidade da escola que lhes fará as vêzes. Se «o interesse superior da criança fôr a meta daqueles que são responsáveis pela sua educação e orientação» então os pais, o Estado e a Igreja terão que criar a melhor escola, *tornando-a gratuita*. Quem, no entanto, dirá qual a melhor escola? «Essa responsabilidade cabe, por priorida-

de, aos pais». Logo eles terão escola *particular ou pública, conforme seus desejos*, mas sempre gratuita.

4. Bélgica

A constituição belga de 1831 — a primeira — já estabelecera o princípio da liberdade do ensino. No entanto, o país sustentou luta histórica para conservá-la.

Entre as fases dolorosas desta luta figura a de 1879, caracterizada pela *Loi du Malheur*, Lei da desgraça, que suprimia os subsídios às escolas particulares e a de 1954, conhecida por *Lei Collard*, que repetia a mesma medida infeliz de 75 anos antes.

As etapas gloriosas da mesma luta pela liberdade nos obrigam a reconhecer não só a têmpera do povo belga mas também sua estima pelas escolas católicas. Quando, por exemplo, por ocasião da *Lei da desgraça*, em 1879, a Igreja negou a absolvição aos professores que lecionassem em escolas laicizadas e anticlericais, 1750 mestres belgas abandonaram seus postos de ensino. O sacrifício trouxe porém a recompensa imediata. Em vez de diminuir os institutos católicos de educação, pelo corte das subvenções, subiram suas matrículas de 90.000 para 380.000, ao passo que baixavam nas escolas oficiais de 530.000 para 240.000.

Na hora atual, os próprios socialistas reconhecem que a fase de oposição à iniciativa particular pertence a um passado definitivamente vencido. E ser retrógrado em questão de educação é ser duas vezes imbecil. Bem o lembrou M. Spaak, célebre socialista belga: «Julgar o problema escolar com a mentalidade de 1854 é voltar a um passado de há muito enterrado. Há alguma coisa que mudou na

Bélgica. Proclamo que o problema escolar deve ser encarado num clima novo e com finalidade nova. E' luta sem objetivo, porque ninguém jamais chegará a destruir nem o ensino oficial, nem o ensino católico».

A Bélgica, pelo novo Pacto Escolar, não apenas permite aos particulares abrirem escolas, não apenas paga os professores do ensino livre, mas se encarrega do apetrechamento e dos gastos menores e ainda vela para que todos tenham, em suas zonas, possibilidade de escolher a educação que mais convier aos filhos.

5. Inglaterra

Apesar de o anglicanismo ser considerado religião oficial, a Inglaterra, já antes do novo Education Act de 1959, concedia não só liberdade de abrir e reger escolas, mas subvencionava-as na razão de 50% dos gastos.

A nova lei escolar autoriza o tesouro inglês a conceder às escolas católicas, nos próximos quinze anos, a vultosa soma de 22 milhões de libras esterlinas ou seja aproximadamente um bilhão e cem milhões de cruzeiros, para a reconstrução e modernização das instalações. Doravante, pelo Education Act de meados de 1959, em vez de concorrer com 50% das despesas de construção, o govêrno dará o subsídio de 75%.

Apesar dessas concessões num país quase totalmente protestante, um membro eminente do partido trabalhista, M. Robert Mellish, que fez parte da Comissão Parlamentar responsável pela nova lei, declarou que o Estado ainda deveria fazer mais e que a lei não seria por isso mesmo definitiva.

Quem, como nós, teve ocasião de certificar-se *de visu* da situação escolar na Inglaterra e aí experimentou a ampla liberdade pedagógica e administrativa do sistema particular do ensino, só pode lamentar que no Brasil políticos e pedagogos evoquem o exemplo inglês, em pontos secundários, mas se neguem a segui-lo no essencial. Num país, em que dos 5.166 professores universitários que ensinavam em 1951 só 3% eram católicos — embora nas escolas primárias e secundárias estejam os católicos mais bem representados — afinal num país de imensa maioria protestante e de tradição liberal, onde o catolicismo poderia parecer ideologia estranha, concede-se aos católicos a possibilidade de manterem seu ensino livre, sem pagarem duas vezes os impostos, como o fazem entre nós.

6. França

Embora a Revolução Francesa proclamasse a liberdade de ensino pelo decreto de 29 *Frimaire*, ano II, o anticlericalismo do fim do século passado desencadeou luta fanática contra as escolas livres, particularmente contra as católicas.

Mais de 30% dos franceses preferiram, no entanto, pagar duas vezes os impostos, mesmo em tempo de crise financeira, arcando com as despesas todas da educação de seus filhos em estabelecimentos particulares.

A ocupação nazista provou que tinham razão. As escolas livres não atraíram a Pátria humilhada. Enquanto as escolas oficiais faziam discriminação racial, as livres foram as únicas a admitirem alunos e professores judeus e maçons perseguidos. O Primeiro Ministro da França, lembrando o fato em 23 de dezembro último, afirmou:

«Penso que aquilo que nestes tristes anos foi feito por alguns estabelecimentos particulares conferiu ao ensino livre suas credenciais de nobreza republicana».

Durante os debates da Assembléia Francesa em torno da nova lei do ensino, Mr. Michel Debré, primeiro Ministro, ainda teve ocasião de dar à luta pelo ensino livre seu verdadeiro significado democrático: «Ao lado da educação nacional e do ensino público, existe um ensino particular. E' ele a expressão de uma liberdade essencial. Nós o sabemos: não basta que a liberdade esteja inscrita nos textos, para que ela de fato exista. Deve poder exprimir-se, quer dizer, sua expressão deve poder garantir-se... Trata-se de uma garantia necessária ao equilíbrio de uma sociedade que de fato não seria sociedade livre se as liberdades fôsem apenas teóricas».

O anticlericalismo na França ou é peça de museu ou é importação de côr rubra, como aliás em todas as nações. Não é ele de forma alguma capaz de defender a cultura da nação e menos ainda de garantir-lhe a difusão no estrangeiro. Mesmo na política — base para as leis escolares modernas — poderia o anticlericalismo simbolizar-se pela figura do velho resmungão que usa de uma baioneta enferrujada como bastão. Foi o que confirmou a quase totalidade da Assembléia da França, quando o Primeiro Ministro declarou: «Precisamos julgar o fato da colaboração entre Igreja e Estado com um espírito moderno. Não estamos mais no fim do século XIX, quando o Estado lutava contra a Religião para ser Estado... hoje há adversários mais perigosos para a autoridade e para a independência nacional do que certos restos do passado».

Neste clima novo, progressista, de colaboração ampla e amistosa, a transformação autoritária do sistema particular do ensino, integrando-o no ensino público, não é aceita nem aceitável. Digo que é uma quimera, porque não se trata de uma solução de paz mas de uma causa suplementar de desordem, advertiu o mesmo Mr. Debré, em 23 de dezembro de 1959.

Relembrando que o laicismo não impede o Estado de subvencionar escolas particulares mesmo religiosas, o governo francês propôs o projeto da equiparação do ensino livre com o oficial e da subvenção total ou parcial dos institutos particulares. A lei nº 59-1557 da liberdade de ensino foi votada na França, no dia 29 de dezembro de 1959, com 427 votos contra 71 na Câmara e 173 contra 99 no Senado.

Portanto, também a França, país tão cioso da liberdade, tornou-se agora paladino da liberdade de ensino e o é em nome da neutralidade e da laicidade republicana.

7. Holanda

Em 1848, foi aí adotada a Constituição Liberal que garantia a liberdade de ensino. Durante 40 anos, no entanto, os mesmos «liberais» se opuseram às escolas livres.

Só em 1889, pela *Lei-Mackay*, concederam ajuda financeira às escolas particulares. Essa ajuda foi crescendo até 1912, ano em que se multiplicara cinco vezes.

Uma comissão de conciliação — *Bevredigingscommissie* — preparou finalmente a lei, pondo em pé de igualdade pedagógica e financeira o ensino público e o particular. A lei reza assim: «O ensino par-

ricular primário de formação geral, que cumprir as condições impostas pela lei, será financiado pelo tesouro público, na mesma medida que o ensino público. A lei determinará as condições nas quais serão concedidas contribuições do tesouro público ao ensino particular secundário e ao superior preparatório».

Coisa curiosa: na Holanda, os liberais e socialistas tornaram-se, daí por diante, os promotores mais entusiastas da igualdade absoluta entre ensino oficial e livre. No Congresso da União dos Professores Democratas Socialistas em Benveld, na Holanda, em 1954, os holandeses estranharam a atitude antidemocrática dos socialistas belgas, dinamarqueses, alemães, ingleses, franceses, noruegueses, austríacos, suécios e suíços e afirmaram «A delegação holandesa está convencida, pelo contrário, que ao lado do ensino oficial deva subsistir a possibilidade de instituir escolas livres, iguais em direitos e deveres».

O Art. 32 do Programa de Base do Partido Trabalhista Holandês estatui, por exemplo: «Reconhecemos a importância fundamental das concepções de vida e das convicções religiosas no terreno do ensino e da educação, tanto no ensino livre como no oficial».

Graças a esta atitude, na Holanda, o ensino é livre do ponto de vista pedagógico. Além disso, o governo paga integralmente o ensino secundário e primário livre; arca com 70% dos gastos das escolas superiores e com 90% das Universidades, incluindo as verbas para instalação, uso e reformas.

8. Itália

Num «plano escolar decenal», proposto ao Senado em dezembro último (1959), havia belas esperanças que também a Itália se libertasse das peias do totalitarismo herdado. O Art. 31, por exemplo, estabelecia bôlsas, indiscriminadamente para o ensino público e livre.

Diante dos ataques violentos dos partidários laicistas e da hostilidade dos elementos de esquerda — os comunistas são mais totalitários que os fascistas de ontem — o Senado fraquejou, relegando a decisão às comissões escolares das Províncias. Foi no entanto aprovado o Art. 27, que dispõe dos subsídios às escolas maternas.

La Civiltà Cattolica conclui melancolicamente: «Deploramos que o estatismo escolar... tenha feito vigoroso passo para frente em contradição com a letra e o espírito da Constituição». Aos Senadores italianos repetiria Zocchi o que proclamou em 1877 diante dos congressistas de Módena: «*Signori congressisti, ditemi: i figli vostri sono vostri oppure sono figli dello Stato?*»

9. Alemanha e outros países

Em países como a *Alemanha*, o problema escolar mereceu solução mais radical. Muito antes do advento do nazismo e novamente depois dêle, o Estado mantinha as escolas para os diferentes grupos ideológicos, as assim chamadas *escolas confessionais*. Como, no entanto, existem pais que preferem neutralidade absoluta na educação dos filhos, o Estado também para tais educandos abre as escolas necessárias, que são aliás pouco numerosas e em algumas zonas inexistentes.

Mais de trinta nações civilizadas se decidiram consciente e perentoriamente pelo ensino livre ao lado do público e com direitos iguais aos dêle. Se em alguns países americanos, como no México e em Cuba, a voz da liberdade ainda não conseguiu sobrepujar a dos fuzis e da tradição ditatorial, em outros ela se levanta mais segura e confiante. Mencionaremos rapidamente as reivindicações dos católicos em diversos países da América.

10. América do Norte

A escola pública, como na maioria dos países liberais, não é anti-religiosa, mas arreligiosa. Após a guerra porém os subsídios a institutos particulares já não constituem exceção. Os católicos têm mantido generosamente suas escolas com quase cinco milhões de alunos. Elas constituem mesmo seu orgulho.

Pio XI, na *Encíclica Sobre a Educação*, reproduzia a decisão da Côrte Suprema da República Federal dos Estados Unidos que pôs fim à trama da maçonaria de acabar com as escolas primárias particulares sob pretêxto de unificação nacional. Foi esta a sentença: «A teoria fundamental da liberdade, sobre a qual repousa todo govêrno nesta união, exclui um poder geral do Estado de estabelecer tipo uniforme de educação para a juventude, obrigando-a a receber a instrução somente nas escolas públicas. A criança não é mera criatura do Estado. Aquêles que a sustentam e dirigem têm o direito, unido ao alto dever, de a educar e preparar para o cumprimento de seus deveres ulteriores».¹

¹ The fundamental theory of liberty upon which all government in this union reposes excludes any general power of the State to standardize its children by forcing

Os Bispos americanos, sempre na vanguarda das iniciativas, reclamam mais. Em 1.2.1947 propuseram à Organização das Nações Unidas uma *Declaração dos Direitos do Homem*, na qual exigiam para todos os cidadãos:

Secção I, 3º «O direito de receber uma formação religiosa por meio da educação e da associação;

8º O direito de receber uma educação própria para salvaguardar e desenvolver a dignidade da pessoa humana;

Secção II, 4º O direito de prover à educação dos filhos;

6º O direito de fazer-se assistir por serviços sociais na educação e nos cuidados a dispensar aos filhos».

11. Argentina

Os antigos governos liberais e maçônicos mas particularmente o peronismo estabeleceram verdadeira ditadura sobre os sistemas educacionais argentinos. Com a nova democracia também se espera um ajuste neste campo. Reproduzimos as declarações perentórias da *Comisión Permanente del Episcopado argentino sobre la libertad de enseñanza*, de 11 de setembro de 1958: «O monopólio estatal do comércio, da indústria ou do esporte não é mais injusto e desastroso do que o monopólio da cultura e do ensino».

Apesar de a Igreja Católica na Argentina, em um só ano (1959), ter conseguido o reconheci-

them to accept instruction from public teachers only. The child is not the mere creature of the State; those who nurture him and direct his destiny have the right coupled with the high duty, to recognize, and prepare him for additional duties". (*E. S. Supreme Court Decision in the Oregon School Case. June 1, 1925*).

to de duas Universidades, a de Cordoba e a de Santa Maria de los Buenos-Aires, o Episcopado argentino insiste:

«Torna-se difícil compreender como em nosso país possa manter-se ainda um monopólio estatal de ensino, quando a maioria dos países americanos já se libertou do mesmo por significar êle a supressão da mais essencial das liberdades humanas».

E mais adiante:

«A Igreja não pede agora nenhum privilégio em seu favor. A Igreja prossegue sua defesa ativa e permanente da liberdade de ensinar e da liberdade de aprender, liberdades essas inseparáveis do homem e das instituições».

12. Peru

O Episcopado do Peru, em Pastoral Coletiva do ano transcurso, felicitou o govêrno pela campanha de alfabetização. Na mesma hora, reclamou também a parte que lhe toca no labor do ensino: «No entanto, declaram os bispos peruanos, não é justo separar a educação do contexto social, confiando-a unicamente aos educadores do Estado e excluindo dela as organizações autônomas, como as comunidades locais, a Família e especialmente a Igreja. O Peru não se tornará grande, abandonando seu caráter cristão... O secularismo... não está apenas em contradição com o quadro jurídico da nação peruana, mas também com as aspirações mais profundas das famílias e os direitos da juventude».

13. Paraguai

Neste país, os senhores bispos fizeram longas declarações de princípios e fundamentaram-nos pe-

las doutrinas pedagógicas. Verdadeiro manual de pedagogia. Respigamos apenas alguns pontos da *Pastoral colectiva del Episcopado paraguayano sobre algunos aspectos del problema escolar*.

Ao examinar a situação caótica da desagregação social, os senhores bispos não titubeiam em indicar a escola leiga como a principal responsável:

“Precisamente a escola leiga, que escamoteia a formação das consciências e desconhece a Deus, envolvendo-o numa larga conspiração de silêncio justamente no período em que a juventude elabora, de maneira definitiva, sua escala de valores, é a maior responsável desta situação penosa”.

O monopólio estatal é além disso pura manobra ditatorial, mesmo se os partidos teimam em chamar-se liberais:

“Ocorre que o liberalismo necessite do monopólio estatal para impor, por meio da violência legal, seus próprios ideais laicistas... Assim se explica o paradoxo de o laicismo, apesar de favorecer um sistema de liberdade na ordem econômico-social e em contradição palmar com seu evangelho de liberdade, se haver manifestado sempre como adversário acérrimo do ensino livre, atribuindo ao Estado uma competência exclusiva no campo da educação”.

A conclusão que se impõe para o Paraguai, como para o mundo todo, é a seguinte: «O regime de ensino livre é o único que responde cabalmente às exigências do direito natural e deriva do direito de aprender e de ensinar».

14. Colômbia

Por ocasião de sua conferência de 1958, também o episcopado colombiano insistia:

“Não podendo a família, como é óbvio, cumprir por si só toda a tarefa da educação e da instrução dos filhos tem necessidade e direito de recorrer a pessoas e instituições escolhidas por ela, para que em seu nome e por delegação sua, completem o que ela não consegue realizar.

Referindo-se ao custo do ensino, a *Pastoral dos Bispos Colombianos* diz textualmente:

“Este custo se faz mais sensível aos pais de família que, no uso de seu legítimo direito, escolhem um estabelecimento particular ou da Igreja para educarem os filhos pois devem pagar duas vezes a educação dos mesmos: *uma* ao Estado, através dos impostos destinados à educação, de cuja distribuição não participam como de justiça deveriam, e *outra* ao estabelecimento por eles escolhido, através da pensão. Uma distribuição equitativa do orçamento educacional contribuiria eficazmente para aliviar esta situação”.

15. Rússia

Mencionaremos, no final, o exemplo da Rússia, por ser ela hoje o reduto mais característico da ditadura. Se ainda duvidássemos de sua má fé, bastaria evocar os últimos pronunciamentos de seu litador em matéria de ensino.

No XXI Congresso do partido comunista, o Premier Krushev lembrou o papel decisivo do ensino para a construção do comunismo. A escola terá, em seus cálculos, a incumbência de formar a ideologia comunista. Para tanto insiste êle nos grandes resultados da escola-internato, pois esta subtrai a criança à «nefasta» influência religiosa da família, «liberando» milhares de mulheres para o trabalho profissional. Assim a escola estatal consegue de um só golpe destruir a vida em família e habituar a criança à escravidão do Estado.

Na Rússia em nada importam os direitos da pessoa, nem a vida digna do homem, mas a técnica e a total sujeição à classe dominante.

O monopólio estatal situa-se pois exatamente dentro da linha do mais autêntico marxismo.

Conclusão

Em outros capítulos ouviremos a voz da Pátria e da Igreja. Por ora, verificaremos o fato: Quanto mais autêntica a democracia, mais autêntica igualmente a liberdade de ensino. Países que atingiram a madureza em suas instituições democráticas, como a Holanda, Bélgica, Inglaterra e França não só permitem a iniciativa particular, mas concedem-lhe tôda a possibilidade de expressão no campo do ensino. Colocam em pé de igualdade os direitos do ensino público e particular, ao menos no campo pedagógico. A tendência se acentua de fazê-lo igualmente no campo econômico.

Não desejaríamos solução idêntica para o Brasil?

II. A VOZ DA PÁTRIA E A LIBERDADE DE ENSINO

1. A Constituição

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1946, «sob a proteção de Deus», consagra dez Artigos à Educação e Cultura (Art. 166-175). Figuram imediatamente após os três Artigos consagrados à Família, formando com eles um conjunto. E' o título VI: *Da Família, Da Cultura e Educação*.

A vontade dos legisladores de unirem a Família à Educação vem expressa pelo Artigo 166, que assim começa: «A educação é direito de todos e será dada *no lar e na escola*» (grifo nosso).

Negar pois à Família a liberdade de educar os filhos em conformidade com as normas e crenças do lar significa não apenas violar um Artigo da *Constituição*, mas até destruir-lhe a unidade e a coerência. Enquanto vigorar a presente Carta Magna, garantia de nossos direitos e deveres democráticos, estarão intimamente vinculadas, em nossa Pátria, a Escola e a Família.

a. *Obrigatoriedade do ensino*. Tão poucos são os Artigos dedicados ao ensino e assim mesmo por duas vezes frisam o dever de proporcionar a todos certo grau de educação.

Efetivamente, se o Art. 166 estabelece que «a educação é direito de todos», os responsáveis terão o dever de proporcionar *a todos* tal educação.

Ser-nos-ia possível determinar qual o grau de ensino necessário a todos no período atual de nosso desenvolvimento histórico? Em relação ao mínimo necessário, a Constituição é explícita: «O ensino *primário* é obrigatório» (Art. 168, I). Tanto a dignidade humana, como também a vida social parecem reclamar que todos saibam ler, escrever, fazer cálculos e orientar-se em nosso meio geográfico e histórico. Poderíamos avançar mais: o lugar que o Brasil ocupará no concerto universal das nações não dependerá apenas de um ou outro gênio que por acaso produza, mas do esforço de todos os brasileiros de garantirem a posição necessária à própria subsistência e à defesa de seus sagrados ideais. Ora, o analfabeto fará sempre figura de indefeso e vítima fácil.

b. *Liberdade dentro da obrigatoriedade.* Só atingiremos, no entanto, tal posição segura e forte, se formos livres dentro da consciência do dever. Bem o sabiam nossos legisladores. Não nos consideraram rebanho, acuado por uma malta de cães e impedido pela violência e o medo, mas trataram-nos como uma sociedade que livremente escolheu ou aceitou a Pátria Comum e nela aspira desenvolver suas capacidades criadoras. A educação pois «deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana» (Art. 166).

Há de existir sempre um ensino fora do lar, uma vez que este não está aparelhado para proporcionar aos filhos tudo aquilo de que precisam ou gostam. Normalmente, as Famílias, animadas por idênticos ideais e crenças, se reúnem para que, num lar am-

pliado, os filhos recebam a formação que a Família ampliada exige. A ambientação terá que produzir-se sem hiatos nem choques, por isso torna-se imperioso que o Professor faça as vêzes dos pais e lhes prolongue não apenas os ensinamentos mas também a formação ideológica iniciada desde a mais tenra idade.

Se faltar iniciativa aos grupos e êstes não proporcionarem o mínimo necessário para a formação das novas gerações, então — e só então — o Estado, incumbido de velar pelo Bem Comum, há de intervir, instituindo escolas públicas.

Com a crescente socialização, tôdas as atividades se entrecruzam e se complicam. Passou então a ser norma que o Estado cobre impostos e administre êste dinheiro do povo em favor de todos. Vantagem evidente para os deserdados da fortuna que assim não ficam sujeitos nem à penúria dos próprios recursos nem às veleidades e à tutela dos ricos. Se, porém, o Estado não respeitar os desejos das Famílias deixará de considerar-se democrático. Se porventura chegar a estabelecer um padrão rígido, ideado por um grupo dominador, se chegar mesmo a impor uma ideologia, deve considerar-se marxista, ou seja socialista de esquerda ou de direita, totalitário e injusto. E' o que sempre acontece na escola única.

Nossa Constituição, Art. 167, defender-nos-á mais uma vez contra ingerências indébitas, quando estabelece: «O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e *é lícito à iniciativa particular*, respeitadas as leis que o regulem». Para avaliar devidamente o sentido dêste Artigo dever-se-á relacioná-lo ao Parágrafo único do Art.

170: «O sistema federal de ensino terá caráter *supletivo*, estendendo-se a todo o país *nos estritos limites das deficiências locais*» (grifos nossos).

E' princípio inviolável que o ensino fundamental se organize na base local, debaixo para cima e não de cima para baixo, porque tôda a nossa vida começa por desenrolar-se na pequena sociedade familiar e local e só depois se projeta para o cenário municipal, estadual e federal.

Não se discute o direito e o dever do Estado de estabelecer normas e limites para precaver abusos e afugentar indolências. Esta intromissão estatal não poderá no entanto exceder-se a ponto de suprimir:

- a) a liberdade de criar escolas;
- b) o sustento de tais escolas pelo dinheiro do povo, dinheiro arrecadado para tal fim;
- c) a organização e orientação destas escolas, conforme as necessidades locais;
- d) a permissão de exprimir nelas as convicções professadas no ambiente local, desde que sejam honestas e construtivas.

Medidas preventivas ou repressivas da parte do Estado só se justificam se surgirem abusos e transgressões, isto é, quando a liberdade e o direito de outros e o bem comum estiverem ameaçados. Mas desde que esteja garantida a moralidade pública, a ordem e o progresso, desde que haja paz suficiente para que todos possam entrar em consonância na realização dos grandes postulados da nação, o Estado favorecerá, incentivará, suprirá, mas jamais impedirá os grupos de se manifestarem livremente. Fornecer-lhes-á pelo contrário possibilidade para tanto.

2. Laicidade do Estado e as Escolas Ideológicas

Desde a Revolução Francesa, muitas Repúblicas organizam suas leis como se oficialmente ignorassem que o homem possua um destino eterno, «ao qual tôdas as coisas temporais devem servir». Declaram-se «neutras» em relação à filosofia da vida, em relação à religião. Dizem-se «laicas».

A Pátria da laicidade e sua mais estrênuia defensora é a França. Por isso teremos que procurar aí a definição desta atitude e doutrina estatal.

a. *Definição de laicidade, segundo a autoridade eclesiástica.* — Quando no último plebiscito em torno da recente Constituição Francesa votada aos 28.9.1958, os católicos duvidaram se podiam declarar-se pelo «sim» porque nela se professava «A França é uma República laica», o Cardeal Gerlier, arcebispo de Lyon e Primaz da França, valendo-se da Declaração do Episcopado Francês (1945), aprovado por Roma, esclareceu que a palavra «laicismo» do Estado pode assumir quatro significados. Os dois primeiros aceitos pelos católicos, os dois últimos formalmente rejeitados por eles:

1) «Se se trata de proclamar a soberana autoridade do Estado no seu domínio da ordem temporal, o seu direito de reger sozinho, nesse domínio, toda a organização política, judiciária, administrativa, fiscal, militar, da sociedade, essa doutrina é plenamente conforme à doutrina da Igreja.

2) Se por laicismo do Estado se entende que, num país dividido de crenças, o Estado deve deixar cada cidadão praticar livremente a sua religião, este segundo sentido, se fôr bem compreendido, também é conforme à doutrina da Igreja.

3) Se o laicismo do Estado se tornasse (coisa que Deus não permita) uma doutrina filosófica que contivesse toda uma concepção materialista e até da vida humana e da sociedade, um sistema político de governo que impusesse

essa concepção aos funcionários, às escolas do Estado, à nação inteira, então nós não poderíamos senão levantar-nos contra êle com tôdas as nossas forças e condená-lo em nome mesmo da verdadeira missão do Estado, como da Igreja.

4) Acrescento, finalmente, que, se o laicismo do Estado devesse significar a vontade do Estado de não se submeter a nenhuma moral superior, e de só reconhecer o seu interesse como regra de sua ação, então deveríamos afirmar que semelhante tese é perigosa, retrógrada e falsa".

E' pois evidente que o laicismo materialista e amoral nunca será aceito por um Brasil católico. Logo, em nome dêle, não se pode suprimir ou diminuir entre nós a influência das escolas católicas.

b. *Definição de laicismo, proposta pela República Francesa.* — Nos debates em tórno da Nova Lei de Ensino, promulgada pelo Governo Francês em 31 de dezembro de 1959, o Primeiro Ministro M. Michel Debré se viu na contingência de definir a *laicidade*. Em nome dela, levantara-se a objeção contra a manutenção das escolas livres e religiosas pelos cofres públicos.

A definição da laicidade estatal dada por M. Michel Debré, herdeiro e intérprete autêntico da política inspirada na Revolução Francesa, deveria derimir de uma vez para sempre as controvérsias entre nós:

"Jamaia a definição da laicidade, declara o Primeiro Ministro da França, arrastou após si nem deve incluir a recusa de toda colaboração entre um serviço público e as atividades religiosas. A *laicidade* quer a independência do Estado em relação a toda força, a todo poder que procure, fora do interesse nacional e das exigências do Estado, as razões de sua intervenção ou os objetivos de sua política. A *laicidade* é uma concepção da independência do Estado, de sua autonomia, do caráter próprio de seus objetivos e de sua política".

Mais adiante: *“esta doutrina não pode, de maneira alguma, impedir o Estado leigo de aceitar a colaboração controlada de estabelecimentos ou de organismos privados, incluídos os religiosos, ou de vir em auxílio a tais estabelecimentos ou organismos.*

“Esta definição, continua o Primeiro Ministro francês, é a tal ponto exata, que sua aplicação é constante desde a afirmação do caráter leigo do Estado Republicano”.

Os que não acatam a posição do laicismo assim definido pelo Representante da França defendem, sob pretêxto de neutralidade, *uma ideologia própria do Estado.* Numa palavra, defendem o totalitarismo estatal. Desejam a massa amorfa, fàcilmente manobrada por uma oligarquia ou por um ditador, e temem caracteres bem informados e definidos que, pela própria variedade, constituem a maior riqueza da nação.

O sofisma de que só ensino público garante a paz e a harmonia, porque abole distinção de classe e de ideologia, parte de uma visão curta ou de uma deformação maliciosa da realidade. Educandos, com dotes variados e com motivações pessoais, sempre de novo se distinguirão, sempre de novo forjarão ideologias. Sem elas, não vive um ser racional. E estas novas classes e estas novas ideologias serão tanto mais nocivas, quanto menos se basearem nas conquistas sólidas da humanidade e na orientação dada pelo próprio Deus, ou seja na tradição e na formação religiosa.

O Estado leigo tem o direito e o dever de permitir a livre expressão das ideologias que não sejam prejudiciais à Nação. Tem o dever de criar o clima e as possibilidades para a expressão livre de idéias que contribuam para a sua estabilidade e seu progresso, como sejam as idéias religiosas.

3. A Evolução Brasileira e o Ensino Livre

a. *Era inicial.* Foi a Igreja que preparou o berço e acalentou a vida nova do ensino no Brasil. Os missionários portugueses, fiéis à tradição cristã, ensinavam não só o que fôsse indispensável à conversão religiosa mas igualmente o que concorresse para dignificar o homem.

Como não fôsem suficientes os mestres religiosos, os jesuítas abriram, já em 1553, o primeiro *Colégio de Jesus* na Baía, para formar professores. Era a primeira «escola normal» brasileira.

As dotações reais — portanto, os subsídios para o ensino livre — são atestados já no ano de 1568, quando com êles se levantou grande sala para os cursos de latinidade.

Dois princípios fundamentais, observados na primeira era, dão prova de preparo pedagógico e do descortínio invulgar dos educadores jesuítas:

a) O ensino partia da vida. Neste ponto era estrita a norma de Sto. Inácio: atender às circunstâncias de tempo e de lugar, de raça e de povo, de sexo e de idade. Não admira pois que o ensino se aproveitasse dos elementos folclóricos da dança, do canto e da encenação e que a aprendizagem sistemática da língua brasílica fizesse parte essencial da primeira escola brasileira.

b) O ensino, mesmo médio, era gratuito. «*Gratis dare quod gratis acceperunt*», diriam as normas, quer dizer, transmitir de graça o que de graça os mestres haviam recebido.

A rêde do ensino se estendeu a São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro (onde o próprio Manuel da Nóbrega foi o primeiro Reitor), centros de for-

mação da primeira geração de professores, autóctones ou imigrantes.

Quando se deu a primeira intervenção oficial, havia doze colégios de ensino médio — ou de formação de mestres, — disseminados do Maranhão e Pará até São Paulo.

b. *A era oficial* teve início em 1759. Não laica mas anti-religiosa, não democrática mas ostensivamente ditatorial, inaugurou-se ela pela supressão do ensino livre. Voltamos à estaca zero, embora nos anais figure a asserção de que, em 1761, só havia professores régios em Pernambuco.

Não fôsse a incrível pertinácia da iniciativa livre dos religiosos e a vinda da Família Real, a ditadura de Pombal teria cumprido um dos eternos anseios de tôda ditadura: governar com mais facilidade o povo ignorante. Os mineiros hão de gloriar-se sempre de que, nesta época triste, São João del-Rei promovesse «uma aula de latim» (1774) e o Brasil todo se tornou devedor aos Franciscanos, que lhe formaram, no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, os homens mais proeminentes, nas oito cadeiras aprovadas em 1776. E quanto devemos aos carmelitas e beneditinos. Monografias terão que esmiuçar tais assuntos.

Passou-se um século desde a intervenção oficial, um século de imprevisíveis progressos e mudanças em outros sectores, para chegarmos a ter em 1854, no Brasil todo, apenas vinte *liceus* e 148 aulas avulsas no ensino oficial. No ensino fundamental comum, conforme dados oficiais (I. B. G. E., *Sinopse Retrospectiva do Ensino no Brasil*), em 1871, cursavam somente 138.232 alunos, distribuídos sô-

bre 4.096 unidades. Nunca se poderá aquilatar suficientemente o mal perpetrado por Pombal e correligionários, entravando ou mesmo abolindo o ensino particular. Mergulhamos no caos do atraso e analfabetismo. Só nos salvamos da selvageria, porque Deus nos enviou a côrte de Dom João VI e deu aos religiosos, sempre manietados, a coragem de manterem o ensino, sacrificando em favor dêle as últimas e minguadas fôrças.

c. *Após a questão religiosa*, com o advento da República, a Igreja recuperou a liberdade. Em poucos anos, verificamos novo florescimento nas escolas. Cresciam elas sob as pegadas dos novos missionários apostólicos. Ainda em fins do século passado, houve uma paróquia, nos sertões do Brasil, com 31 escolas livres erguidas exclusivamente pelo esforço dos colonos, orientados pelo vigário. Este aliás não permitia a ereção da capela, sem que funcionasse antes a escola.

Convém no entanto salientar: apesar de a Igreja e o Estado estarem oficialmente divorciados, em muitos lugares, os governos favoreciam a ação dos religiosos sob todos os aspectos. O patriotismo e a verdadeira caridade são flôres do mesmo canteiro. O progresso por isso mesmo foi irresistível. Se havia, em 1889, apenas 258.802 alunos matriculados, em 1959 atingiram êles a cifra dos 7.132.572. Em outros dez anos, havemos de duplicar ou triplicar o número, se a iniciativa pública e particular não forem vítimas de traiçoeiros princípios marxistas. Se os agitadores do momento alardeiam com a defesa do ensino público contra o particular, na realidade estão estrangulando todo e qualquer ensino entre nós. Só a tese da colaboração se justi-

fica pela história e pelas exigências da realidade atual.

4. Contribuição Atual da Igreja para o Ensino

a. *Ensino Fundamental*. Em 1933, existiam no Brasil 27.770 unidades escolares destinadas a ministrar o ensino fundamental. Dentre elas, 6.044 eram particulares e na quase totalidade católicas. Já em 1956, as unidades haviam atingido a casa dos 80.606, enquanto que as particulares subiam a 7.877.

* Como se dão os conluíus para o combate ao ensino particular livre poderemos verificar mais uma vez pelo *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, junho de 1958, p. 28: Aí se conta como na sessão ordinária de 28.4.58 do Conselho Federal da Ordem se tratou do caso da Igreja Católica com o Prof. Anísio Teixeira, "propondo que fôsse enviado a êste uma Prancha, dando-lhe inteira solidariedade do Grande Oriente do Brasil". Esta proposta foi aprovada "com aplausos", tendo sido ainda determinado que se desse conhecimento da resolução a todos os Grão-Mestres e Delegados do Grão-Mestrado.

Aliás não é de admirar, porque o *Discurso-Programa*, proposto pelo Grão-Mestre Dr. Cyro Werneck da Silva e Souza e publicado no mesmo *Boletim*, jan.-fev.-março de 1955, se resume num plano de combates às atividades da Igreja Católica no Brasil. Entre essas atividades, foi especialmente visado o ensino. Como hão de atingi-lo? "Propugnando — na palavra do Grão-Mestre — para que os poderes públicos difundam o mais possível o ensino gratuito e laico, com que se evitará a proliferação das escolas e universidades mantidas ou dirigidas por ordens religiosas..." (*ibidem*, p. 51).

A ofensiva já surtiu algum efeito, pois o n° de novembro de 1958 do mesmo *Boletim*, à página 16, relata como na Sessão Ordinária de 24.9.58 o Sapientíssimo Irmão Presidente comunicou que o Ir. Dr. Cyro Werneck, quando em visita aos maçons de Aracaju, recebera do Sr. Governador daquele Estado a proposta de "que a Maçonaria tomasse aos seus cuidados a instrução primária de todo o Estado".

Bastam êsses exemplos, para sabermos com que intenções os adversários da Igreja movem campanhas à livre iniciativa no campo do ensino.

b. *Ensino Médio*. Neste sector, a contribuição católica do Brasil é única no mundo. A relativa estagnação do ensino primário católico nos últimos 25 anos deve-se mesmo ao fato de têmos lançado as melhores fôrças no terreno do ensino médio. O que aliás não nos parece vantajoso sob o aspecto catequético, já que no Brasil a imensa maioria das crianças que freqüentam o primário não ingressa no secundário (86%). Assim tôdas elas ficam sem sólida formação religiosa e muitas sem instrução religiosa alguma, durante o período escolar.

O total dos estabelecimentos do Ensino Médio, segundo as estatísticas do MEC, é de 3.179 e dêstes 2.165, portanto mais de dois têrços, particulares. O mesmo se diga em relação ao número de alunos.

Parece-nos ainda mais significativo o fato de as escolas religiosas se distribuírem sôbre todo o território nacional e atingirem os rincões mais inóspitos. Quem percorrer a *Sinopse Estatística do Ensino Médio de 1959* (MEC, Serviço de Estat. da Educ. e Cultura), verificará que os Estados mais provados do Brasil, como o do Ceará, quase não contam com ginásios e colégios estaduais: de 118 estabelecimentos de ensino médio daquele Estado, apenas 11 (onze) são oficiais, incluindo municipais, estaduais e federais (*ibidem*, pp. 49-56).

c. *Ensino Superior*. Dos 89.586 estudantes que, no ano de 1959, freqüentavam nossas Faculdades ou Escolas Superiores, 39.070 se inscreveram no ensino particular, quase totalmente católico. A influência dêste ensino nos parece ainda mais preponderante, se verificarmos que dos 1.187 estudantes matriculados, em 1959, nos cursos de Didática, 896 estavam cursando Faculdades Católicas. Por-

tanto $\frac{3}{4}$ dos professores novos do ensino médio se formaram neste ano em nossos estabelecimentos.

d. *O custo do ensino.* A campanha movida contra o ensino particular, nos últimos meses, estriba-se na afirmação de os estabelecimentos visarem em primeiro lugar, lucros financeiros. Se esta acusação fôr estendida à ação da Igreja ela é falsa e ignòbilmente caluniosa. Não com o dinheiro ganho mas com o dinheiro gasto na educação da juventude, a Igreja poderia ter levantado gigantescas catedrais e portentosas obras de assistência. Basta lembrar que a taxa média anual de 22 cursos primários católicos no Mato Grosso, em 1958, foi de Cr\$ 712,00. Isto daria sessenta cruzeiros mensais por aluno. No Brasil inteiro, a anuidade média de estabelecimentos primários católicos foi de Cr\$.. 2.247,00. O govêrno, sem auferir evidentemente lucro, gastou quatro a cinco vêzes mais. Portanto a Igreja supre, através de outras obras, o elevado déficit que lhe vem acarretando o ensino.

Realmente, o ensino católico no Brasil escreveu e está escrevendo as páginas do mais belo heroísmo que tenha conhecido o País. Damos aqui, em primeira mão, um quadro sinótico do custo do ensino, quadro elaborado com extremo rigor pelo Departamento de Estatística da Conferência dos Religiosos do Brasil, que teve a gentileza de no-lo ceder:

CUSTO DE ENSINO NOS COLÉGIOS DE RELIGIOSOS

UNIDADES FEDERADAS	Nº de Inqué- ritos	PRIMÁRIO			
		Nº de Cursos	Média anual por aluno (em CR\$)	UNIDADES	
				mínima (em CR\$)	máxima (em CR\$)
Amazonas	2	6	1.400	1.400	1.400
Pará	4	13	2.491	366	3.700
Maranhão	4	10	623	420	900
Piauí	1	—	—	—	—
Ceará	26	42	1.216	212	4.050
R. G. Norte ..	7	10	2.109	400	4.000
Paraíba	15	21	1.612	576	3.000
Pernambuco ..	25	53	2.681	800	7.400
Alagoas	5	9	2.142	1.266	3.000
Sergipe	5	6	936	750	1.200
Baía	18	24	2.833	806	5.000
Esp. Santo ...	7	4	2.050	500	3.000
M. Gerais	114	158	2.293	400	8.428
R. Janeiro	27	27	2.683	208	5.100
D. Federal ...	37	55	4.114	230	8.600
S. Paulo	142	228	2.960	524	12.500
Paraná	63	80	1.781	120	6.000
S. Catarina ..	49	44	1.471	300	3.000
R. G. Sul	213	188	1.524	150	4.500
M. Grosso	22	8	712	200	1.600
Goiás	14	18	1.366	175	3.200
BRASIL	800	1.004	2.247	120	12.500

UNIDADES FEDERADAS	Nº de Inqê- ritos	M E D I O			
		Nº de Cursos	Média anual por aluno (em CR\$)	ANUIDADE	
				mínima (em CR\$)	máxima (em CR\$)
Amazonas	2	1	2.400	2.400	2.400
Pará	4	7	5.056	4.300	6.100
Maranhão	4	4	2.028	2.000	2.085
Piauí	1	1	1.300	1.300	1.300
Ceará	26	18	3.063	1.600	5.450
R. G. Norte ..	7	7	4.405	600	6.000
Paraíba	15	21	2.414	2.000	5.000
Pernambuco ..	25	30	4.670	1.837	8.000
Alagoas	5	8	4.368	3.800	5.000
Sergipe	5	5	2.230	2.000	2.500
Baía	18	20	4.929	2.235	10.000
Esp. Santo ...	7	3	3.666	3.000	4.000
M. Gerais	114	131	7.203	400	13.000
R. Janeiro	27	30	5.105	2.465	8.400
D. Federal	37	46	7.317	3.600	10.000
S. Paulo	142	144	5.261	869	15.000
Paraná	63	34	4.155	150	6.400
S. Catarina ...	49	52	3.271	1.700	6.000
R. G. Sul	213	151	3.928	1.000	6.500
M. Grosso	22	10	2.004	200	4.000
Goiás	14	22	3.317	700	5.500
BRASIL :....	800	745	4.923	150	15.000

UNIDADES FEDERADAS	Nº de Inqué- ritos	SUPERIOR			
		Nº de Cursos	Média anual por aluno (em CR\$)	ANUIDADE	
				mínima (em CR\$)	máxima (em CR\$)
Amazonas	2	—	—	—	—
Pará	4	—	—	—	—
Maranhão	4	—	—	—	—
Piauí	1	—	—	—	—
Ceará	26	2	2.600	2.000	3.200
R. G. Norte ..	7	—	—	—	—
Paraíba	15	1	3.600	3.600	3.600
Pernambuco ..	25	—	—	—	—
Alagoas	5	—	—	—	—
Sergipe	5	1	2.500	2.500	2.500
Baía	18	6	3.500	3.500	3.500
Esp. Santo ...	7	—	—	—	—
M. Gerais	114	4	2.775	2.500	4.600
R. Janeiro	27	—	—	—	—
D. Federal	37	—	—	—	—
S. Paulo	142	13	11.727	2.200	44.000
Paraná	63	1	2.200	2.200	2.200
S. Catarina ...	49	—	—	—	—
R. G. Sul	213	3	4.900	3.500	6.000
M. Grosso	22	—	—	—	—
Goiás	14	1	3.600	3.600	3.600
BRASIL	800	32	6.760	2.000	44.000

Nas Congregações masculinas

Alunos gratuitos	—	56.988	—	35%
Alunos pagantes	—	103.689	—	65%

Nas Congregações femininas

Alunos pagantes	—	346.466	—	78%
Alunos gratuitos	—	97.821	—	22%

Total

Alunos gratuitos	—	154.809	—	26%
Alunos pagantes	—	450.155	—	74%

Conclusão

Como conclusão nos ocorre a palavra do Exmo. Sr. Presidente da República, proferida em ocasião tôda singular, quando diante de assembléia presbiteriana, em 12-8-1959, afirmava «que nunca a intolerância perseguiu, neste país, a cidadão algum, por motivo de convicções religiosas» e ao mesmo tempo nos indicava os motivos da perseguição movida contra os que ensinam a doutrina de Cristo em suas escolas:

“Sabeis melhor que ninguém que, se a doutrina de Cristo é diretamente visada, é frontalmente combatida e ferida — pelos que apregoam uma civilização sem Deus — é porque êle constitui a pedra e a argamassa, o alicerce e o esteio do edifício, que o mundo ocidental lentamente construiu, inspirado na mensagem do Nazareno”.

Foi e é a missão das escolas católicas em nossa Pátria: ser pedra, argamassa, alicerce e esteio do edifício de nossa civilização.

III. POSIÇÃO DA IGREJA DIANTE DO ENSINO

1. A Legislação Eclesiástica

As leis da Igreja nasceram do espírito e da missão dela. Caracterizam-nos ao mesmo tempo que nos orientam. Brotam quase que do íntimo de nosso ser e levam-nos a realizar as nossas próprias e mais profundas aspirações. E' afinal através delas que sentimos o eterno encanto da voz de Jesus: «Quem vos ouve — aos homens de Sua Igreja — a mim ouve, e quem vos despreza a mim despreza».

Os cânones sôbre a educação encontram-se, pela importância e pela distribuição, no cerne do *Direito Canônico*. Porque é mãe, a Igreja completa a procriação pela educação. Mais. Dentro do grande lar cristão, ela ainda acalenta o núcleo primitivo, que é família cristã. Por isso, depois de garantir por lei o vínculo indissolúvel e exclusivo do matrimônio, depois de estatuir a igualdade de direitos e ofícios dos cônjuges, a Igreja, no Cânon 1.113, impõe aos mesmos «a gravíssima obrigação de cuidar da educação da prole, educação religiosa e moral, física e civil, na medida de suas fôrças, sem deixar de prover-lhe o bem temporal».

a. *Formação espiritual*. Uma vez que as escolas, sendo boas, constituem o complemento do lar, pois não só instruem mas educam, elas terão que prosseguir com o programa impôsto aos pais em rela-

ção à educação religiosa, moral, física e civil da prole. Fá-lo integralmente a escola pública? Mesmo que faculte o ensino de religião, será ela, por índole, neutra ou laica. Logo, não poderá nem prolongar, nem substituir a ação dos pais. Só o pode a escola livre, religiosa, que se cria com o intuito de salvaguardar a formação espiritual da juventude.

De fato, o Cânon 1373 do Direito Eclesiástico prescreve tal objetivo às escolas, pois assim reza:

“Em tôda escola elementar deve ser dada às crianças a formação religiosa de acôrdo com a idade. A mocidade que frequênta as escolas médias e superiores há de receber um ensinamento religioso mais completo e os Ordinários locais — Srs. Bispos — devem ter o cuidado de proporcionar êsse ensino por intermédio de sacerdotes, que se distinguem por seu zêlo e doutrina”.

b. *Obrigaçào de frequêntar escolas católicas*: Incumbe aos pais a obrigaçào de procurar a formação religiosa e moral sempre crescente para os filhos; à Igreja toca oferecer-lhes esta possibilidade. Para tanto, abrem-se as escolas católicas. Se estas existem, não é lícito a uma criança católica deixar de frequêntá-las:

“As crianças católicas não frequêntem escolas acatólicas, neutras mistas, isto é, abertas também aos que não são católicos. Só o Ordinário do Lugar (— Sr. Bispo), de acôrdo com as instruções da Sé Apostólica, pode decidir em que condições e com que precauções — para evitar o perito de perversão — a frequência a tais escolas poderá ser tolerada” (Cânon 1374).

Um católico que estivesse contra a escola livre colocar-se-ia em frontal opposiçào à doutrina de sua Igreja. Pois esta, encarregada por Jesus de ensinar a todos os povos, «tem o direito de fundar escolas não só elementares mas também médias e superiores para o ensino de qualquer matéria»

(Cânon 1375). E se vierem a faltar tais escolas, «deve ter-se o cuidado de fundá-las» (Cânon 1379).

2. A Voz dos Papas

A voz da Igreja, também é a voz dos Papas. Mas como, após a promulgação (em 1917) do Direito Canônico atualmente em vigor, a luta contra a escola livre em vez de cessar ainda aumentou — com o advento dos regimes totalitários fascista, comunista e socialista de diversos matizes, — os últimos três Papas se pronunciaram com extrema clareza e o necessário vigor sobre a matéria.

Pio XI

Unidade moral entre o lar e a escola: Pio XI insiste na «perfeita unidade moral» que deve estabelecer-se entre a escola e o lar. Na realidade, uma criança cuja motivação essencial reside na autoridade de quem fala, não é capaz de superar o hiato que se abre entre uma família religiosa e uma escola arreligiosa. Ou adere a uma e desconsidera a outra, ou foge a ambas.

“Daqui resulta precisamente — conclui Pio XI — qu a escola chamada neutra ou laica, donde se exclui a religião, é contrária aos princípios fundamentais da educação. De resto, uma tal escola é impraticável, porque na realidade descamba para a irreligiosidade”.

Pretensa neutralidade escolar: A própria etimologia da palavra *professor* exclui tôda a *neutralidade*. Ele *professa* alguma coisa: caso não se declare pela concepção religiosa da vida há de manifestar-se direta ou indiretamente favorável aos princípios materialistas. Mais. O aluno ao contacto de matérias ideológicas — como história, geografia humana, literatura e filosofia — sempre de novo se

encontra na contingência de optar. Uma vez que não está aparelhado para a análise e crítica objetiva — que levará à verdade, logo ao cristianismo, se êste fôr conhecido sob o verdadeiro aspecto — vogará ao sabor das influências de livros, professôres, colegas ou das próprias veleidades.

Citam-nos honrosas e brilhantes exceções; enumeram-nos as vantagens «de conquistar suas convicções» nos embates, que só seriam possíveis em ambiente hostil ou entre colegas arredios. Foi êste o caminho de um São Paulo, S. Agostinho, e, nos tempos modernos, de um Gemelli e tantos outros batalhadores da boa causa. Não foi porém êsse o caminho de todos os demais jovens que com êles conviveram. E' que a maioria seguiu a «onda», não tendo fibra para manter-se, quando a atmosfera lhes era perniciosa.

Posição dos católicos: Por isso, Pio XI, renovando as declarações dos Papas que o precederam e recordando as prescrições dos Cânones, estatui:

“E' proibida aos jovens católicos a freqüência de escolas acatólicas, neutras ou mistas, isto é, daquelas que são abertas indiferentemente para católicos e não católicos, sem distinção. Pode tolerar-se tal freqüência unicamente em determinadas circunstâncias de lugar e tempo, e sob especiais cautelas de que é juiz o Ordinário (Sr. Bispo). E não há de admitir-se para os católicos a escola mista (pior, se única e obrigatória, para todos), na qual, dando-se-lhes em separado a instrução religiosa, êles recebam o resto do ensino em comum com alunos não católicos e por professôres acatólicos”.

Os motivos

Pio XI mesmo no-os indica:

“E' indispensável que todo o ensino e tôda a organização da escola: mestres, programas, livros em tôdas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância maternal da Igreja Católica, de modo que a religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de tôda a instru-

ção, em todos os graus, não só elementar, mas também médio e superior”.

Pio XII

O Papa, que tanta compreensão revelou para as aspirações do homem moderno, preocupou-se também mais do que qualquer homem público e mesmo mais do que outros Papas pela sorte da educação cristã nas escolas. Seu maior desejo era que a «pura aura da família cristã continuasse a soprar por sobre o coração da criança».

~ *A Família e a Escola*: «Entre o lar cristão e a escola, entre os pais católicos e os mestres e mestras de seus filhos, deve estabelecer-se relação cordial e compreensiva, confiança mútua e colaboração, porque ambos agem, em última e mais profunda análise, sob o impulso da consciência de terem em assuntos religiosos o mesmo pensamento, a mesma convicção e a mesma fé».

Os defensores do monopólio estatal do ensino substituem o binômio *Família-Escola* pelo outro *Estado-Escola*, augurando a êste maior progresso e vitalidade. Pio XII responde-lhes com uma afirmação que pode ser controlada pelo curso da História:

“A cultura, a verdadeira liberdade e a economia têm sido mais bem tutelados, quando as escolas particulares e públicas tiveram a possibilidade de se desenvolver em conformidade com os princípios e as finalidades naturais e segundo os desejos da mesma Família”.

A liberdade dos professores: tríplice é a liberdade que Pio XII advoga em favor dos professores. Primeiro, todo o mestre, ensine êle em escola pública ou particular, em jardins de infância ou colégios, terá sempre o direito de orientar-se pelos ideais da Família do aluno, defendendo-os e cultivando-os.

Em segundo lugar, o professor, que por sua missão mesma se coloca a serviço da sociedade, como família ampliada, não abdicará nunca o direito de cultivar nos futuros cidadãos o senso de justiça, o respeito para com a mesma sociedade e o desejo de nela se integrar como membro ativo. «Com tais fundamentos — de cristão perfeito e de homem honesto — formai pesquisadores no campo da ciência e da técnica», conclui o Papa.

Aos olhos dêle, o Professor se transforma em artesão da liberdade:

«Dai aos alunos, exclama êle, a consciência da própria personalidade e portanto do maior tesouro da liberdade».

Para que o conselho não pareça apenas princípio teórico de humanismo cristão, Pio XII se esmera por dar normas práticas. Entre elas figura o imperativo de adestrar a juventude

«numa sã crítica, que sempre se fará acompanhar da humildade, da justa sujeição às leis e da solidariedade».

Como garantia da liberdade do professorado, lembra êle não só a formação integral e a convicção de representarem os pais, como ainda o direito de se unir em associações ou sindicatos cristãos para a defesa da liberdade e para a garantia do sustento.

Motivos para prestigiar a educação cristã: O ideal cristão da educação, visando um desenvolvimento harmonioso e fecundo da personalidade «corresponde também aos resultados das últimas descobertas da ciência psicopedagógica», lembra Pio XII. Desde o Batismo até a Extrema-Unção, pelos Sacramentos, e pela palavra divina, os cristãos vêm sendo continuamente exortados a não negligencia-

rem nenhuma de suas potências físicas e psíquicas a serviço do bem. Estas energias se desdobram com tanto mais eficiência quando apoiadas pela segurança e tranqüilidade de quem anda certo, de quem portanto pode evitar o desgaste de energias nas torturas da alma desnorteada, a fim de empregá-las nas pesquisas e no ensino.

Não bastaria o ensino de religião, em escolas neutras, para salvaguardar a educação cristã? Pio XII responde: «A verdadeira educação cristã exige muito mais: ela deve transmitir-se num trabalho contínuo, permanente, progressivo, deve penetrar todo o ensino, também o profano, atingindo o fundo da própria alma».

A sobrevivência da sociedade postula a educação cristã. Pois esta eleva o homem acima de todos os sentimentos de vingança e ódio e lhe implanta no coração os dois esteios de toda a ação social: o espírito de fraternidade e o desprendimento austero. O homem deixa de ser «lôbo para o homem» e se transforma em samaritano generoso a serviço de quem mais precisa.

Ao Brasil e em português, Pio XII falou em 5 de agosto de 1951: «Não era outra a pedagogia que educou o Brasil no berço de sua nacionalidade, quando o centro, à volta do qual se formavam as cidades, era a igreja ao lado da escola, coadjuvando-se e completando-se elas mutuamente. Foi ela que venceu, na fisionomia do Brasil, os traços característicos que mais o nobilitam no convívio das Nações... Foi ela que lhe deu os cidadãos mais beneméritos da Religião e da Pátria».

João XXIII

Não passara um ano desde sua eleição, quando o atual Papa, João XXIII, fez uma alocução aos

Mestres Católicos da Itália, deixando-lhes «algumas lembranças que vos sirvam, dizia êle, de incentivo e de amparo na vossa lida cotidiana, a fim de que, com renovada energia, firme e constante propósito, possais prosseguir o caminho encetado».

Missão do Professor: «Desempenhais alta e nobre missão, adverte o Papa, missão que vos torna instrumentos preciosos na educação intelectual, cívica, moral e religiosa daqueles que são as esperanças da Igreja e da Pátria; e, porque as mais das vezes desempenhais tal função no silêncio, no sacrifício, na simplicidade operosa que não pede reconhecimento, sentindo-se paga apenas com o bom testemunho da própria consciência».

João XXIII reivindica para êsse trabalho anônimo mas indispensável do educador católico um lugar em tôdas as Pátrias. Ainda por ocasião do 30º aniversário da Encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI, tornou a insistir: «De todo coração desejamos que êsses esforços sejam prosseguidos e intensificados. Numa época em que as autoridades nacionais e internacionais, justamente preocupadas com a elevação intelectual e moral da humanidade, organizam em vasta escala a difusão da educação, da ciência e da cultura, a presença ativa dos filhos da Igreja é, mais do que nunca, necessária para expor, representar, defender se preciso, o ponto de vista da Igreja».

3. O Episcopado Nacional

Condenação do monopólio estatal: Desde as vigorosas e repetidas advertências do Episcopado Gaúcho, analisando o trabalho de solapa feito dentro do próprio Ministério de Educação, através de Cartas Pastorais Coletivas, Conferências e Pronun-

ciamentos, as autoridades eclesiásticas do Brasil têm denunciado o monopólio estatal como injusto e antidemocrático e têm colocado a livre iniciativa a salvo de qualquer injunção demagógica e facciosa:

“Não podemos furtar-nos — adverte a Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Baiano — ao dever austero de lembrar ao Estado que em vez de permitir que subalternos ou representantes seus malbaratem atividades sociológicas e recursos financeiros na sustentação de teses heterodoxas e perigosas para o presente e o futuro da educação do Brasil, muito melhor lhe ficaria canalizar harmônicamente êsses esforços no sentido de uma difusão mais uniforme e mais eficiente do ensino primário e do ensino médio, em tôdas as unidades da Federação”.

Continuidade entre a Família e a Escola: O pronunciamento do Episcopado Nacional, reunido em Goiânia de 3-11 de julho de 1958, se reveste de tal importância, que deveria figurar como orientação em todos os cursos de sociologia e em tôdas as atitudes e pronunciamentos de católicos no Brasil.

Depois de afirmar que a educação, como complemento da procriação, é obra da Família, os senhores Bispos do Brasil prosseguem:

“A escola é, em tôda a verdade, a extensão da família. E’ por ela que a família completa a obra de amor que lhe cabe realizar.

Os ideais de vida, as suas concepções morais e religiosas, o lastro de tradições que assegura a continuidade humana dentro da história, tudo isso é preservado e transmitido pela escola, que dinamiza as forças criadoras de que a família é depositária”.

Não só não há oposição entre a escola particular e o Estado. Mas êste colocado a serviço do Bem Comum há de ver naquela a mais legítima intérprete dos anseios das famílias.

Missão do Estado em relação às escolas: «Não vamos afirmar, porém, que o Estado deva ignorar a obra educativa ou dela desinteressar-se, proclamam os Bispos do Brasil. Pelo contrário. O seu dever de vigilância, de estimulação, de orientação, para com tôdas as coisas que digam com o progresso das atividades da comunidade faz do Estado a grande força supletiva na obra da educação. Instituição bem mais aparelhada, o Estado deve oferecer os meios materiais para que a família possa cumprir a sua missão educativa, o equipamento técnico mais adequado para a escola realizar-se. Nunca, porém, tomar o lugar da família, comandando-a ou impondo-lhe concepções de vida... A escola do Estado deve existir onde não pode existir a escola particular, em que os educadores são verdadeiramente os delegados da confiança dos pais de família.

Para muitos, o pronunciamento em favor do ensino particular significa a defesa da *mercantilização da escola*, ou o desejo do avanço nas subvenções do Estado.

Devemos ter a coragem de defender o ensino particular decente e honesto, sem nos acumpliciarmos com os que mercadejam e venalizam a escola.

E sobre as subvenções, devemos ter a franqueza de falar claro. Num regime de honestidade, a subvenção não é favor. Ao Estado cabe assegurar meios materiais para que a escola pública ou particular atinja aos seus fins. A distribuição dos auxílios deve obedecer a critérios objetivos de verificação de serviços... O dinheiro do Estado não é dinheiro diferente do dinheiro do povo. Deve ser aplicado no interesse do povo».

CONCLUSÃO

Por que tanto insistimos no direito de mantermos com dignidade as escolas católicas? Responde Pio XII: «Por causa das experiências dolorosíssimas que a Igreja sofreu em tôda a parte, e, sempre de novo, ela insistirá até ao fim no direito de seus fiéis e vos admoesta que de vossa parte insistais no vosso direito até ao último».

As escolas particulares e públicas deverão prolongar a obra educacional encetada na Família. Como no entanto a Família católica — e qualquer outra Família ideologicamente definida — se encontra garantias em escolas por ela escolhidas, estas deverão ser mantidas e incentivadas por aquêles que zelam pelo Bem Comum, pelo Estado. Em vez de tais estabelecimentos, por mais heterogêneos que sejam, dividirem a nação, promovem a unidade das famílias com a sociedade. Da raiz sobe a seiva para o tronco e dêste se distribui pelos ramos e frutos. Lastimaríamos, por acaso, que os frutos das escolas livres do Brasil sejam variegados, uma vez que são sadios?

ÍNDICE

I. LIBERDADE DE ENSINO, ASPIRAÇÃO UNIVERSAL

1. Direitos do Homem	3
2. Convenção Européia	4
3. Declaração dos Direitos da Criança	5
4. Bélgica	7
5. Inglaterra	8
6. França	9
7. Holanda	11
8. Itália	13
9. Alemanha e outros países	13
10. América do Norte	14
11. Argentina	15
12. Peru	16
13. Paraguai	16
14. Colômbia	17
15. Rússia	18
Conclusão	19

II. A VOZ DA PÁTRIA E A LIBERDADE DE ENSINO

1. A Constituição	20
2. Laicidade do Estado e as Escolas Ideológicas	24
3. A Evolução Brasileira e o Ensino Livre	27
4. Contribuição Atual da Igreja para o Ensino	30
Conclusão	36

III. POSIÇÃO DA IGREJA DIANTE DO ENSINO

1. A Legislação Eclesiástica	37
2. A Voz dos Papas: Pio XI, 39; Pio XII, 41; João XXIII	43
3. O Episcopado Nacional	44

CONCLUSÃO	47
-----------------	----